



Requerimento Nº 2157/2026

Súmula: Requeiro ao Governo Municipal, na pessoa do Prefeito Marcos Ferreira Godoy, informações sobre as denúncias de possíveis práticas de assédio moral, constrangimento, perseguição e outras situações relacionadas ao ambiente de trabalho na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Itapevi – S.P.

REQUEIRO à Mesa, após ouvido o Douto Plenário, na forma regimental vigente, seja oficiado ao Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor Marcos Ferreira Godoy, para que solicite ao Órgão Municipal competente informações e esclarecimentos acerca de relatos recebidos por este Vereador envolvendo possíveis situações de assédio moral, constrangimento, perseguição, ameaças de movimentação funcional, cobranças abusivas, pressão emocional e possíveis desvios de função envolvendo servidores da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Diante disso, solicita-se que o Poder Executivo informe:

1. **Se a Administração Municipal tem conhecimento das denúncias** envolvendo possíveis situações de assédio moral, constrangimento, perseguição ou outras condutas inadequadas no ambiente de trabalho da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;
2. Se existem **denúncias, reclamações, representações ou manifestações formais** apresentadas por servidores da referida Secretaria relacionadas às situações mencionadas, informando a quantidade e, quando possível, os respectivos números de protocolos ou processos;
3. Se foi instaurado algum **procedimento administrativo, sindicância, apuração preliminar ou processo administrativo disciplinar** para averiguar os fatos relatados e,





- em caso positivo, informar o número do procedimento, sua data de instauração e sua situação atual;
4. Se houve, nos últimos 24 meses, **denúncias ou reclamações relacionadas à conduta da atual Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Renata dos Santos Simões**, especialmente relacionadas ao tratamento dispensado aos servidores;
 5. Se a Administração Municipal tomou conhecimento do episódio relatado como **“atestado de incompetência”**, supostamente realizado durante reunião de trabalho, no qual servidores teriam sido orientados a realizar leitura de texto e associar seus próprios nomes ao termo “incompetência”;
 6. Caso o episódio tenha ocorrido, informar **qual era a finalidade da dinâmica**, quem a determinou ou autorizou e se existe registro, ata, relatório ou outro documento referente à reunião;
 7. Se existem registros de servidores que tenham relatado **crises de ansiedade, adoecimento, sofrimento emocional ou outras situações relacionadas ao ambiente de trabalho** na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;
 8. Informar se existem denúncias ou registros de **ameaças de movimentação funcional, transferência, alteração de função ou outras medidas funcionais supostamente utilizadas como forma de pressão ou retaliação** contra servidores;
 9. Informar se existem relatos ou registros relacionados a **possíveis desvios de função** envolvendo servidores da Secretaria, especificando, caso constatados, quais medidas foram adotadas;
 10. Informar qual órgão ou setor da Administração Municipal é responsável por **receber, apurar e acompanhar denúncias de assédio moral ou violência no ambiente de trabalho**;





11. Informar quais mecanismos estão disponíveis aos servidores municipais para realização de **denúncias de forma segura e, quando cabível, sigilosa**, especialmente quando houver receio de represálias;
12. Informar quais medidas a Administração Municipal adota para **proteger servidores denunciantes contra eventuais represálias** durante processos de apuração;
13. Informar se a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania realizou, nos últimos 24 meses, **ações de capacitação, conscientização ou prevenção ao assédio moral e à violência no ambiente de trabalho**;
14. Informar se existe **código de conduta, protocolo, fluxo ou procedimento interno** para prevenção e enfrentamento de situações de assédio moral envolvendo servidores municipais;
15. Encaminhar, **ressalvadas as informações protegidas por sigilo legal e os dados pessoais**, cópia dos documentos, relatórios, procedimentos ou demais registros administrativos relacionados às denúncias e apurações mencionadas;
16. Informar se o Poder Executivo pretende adotar **alguma medida para averiguar os relatos apresentados e garantir um ambiente de trabalho adequado, respeitoso e livre de possíveis práticas de assédio ou constrangimento**;
17. Demais informações que o Poder Executivo considere pertinentes ao esclarecimento dos fatos.

Justificativa

Senhor Presidente:-

Senhores Vereadores:



O presente requerimento tem por finalidade buscar informações oficiais acerca de relatos recebidos por este Vereador envolvendo possíveis situações de constrangimento, humilhação, perseguição, pressão emocional, ameaças de movimentação funcional, cobranças abusivas e possíveis desvios de função no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Itapevi.

Segundo os relatos encaminhados a este Gabinete, servidores da referida Secretaria estariam enfrentando situações que, caso confirmadas, podem comprometer o ambiente de trabalho e causar prejuízos à saúde emocional e ao desempenho dos servidores públicos.

Entre os fatos relatados encontra-se a realização de uma dinâmica denominada “atestado de incompetência”, durante uma reunião de trabalho, na qual, segundo os denunciantes, servidores teriam sido orientados a realizar a leitura de determinado texto e substituir o nome nele mencionado pelos próprios nomes, associando-se publicamente ao termo “incompetência”. Conforme os relatos recebidos, a situação teria causado constrangimento, exposição e vergonha aos participantes.

Também foram relatadas situações de pressão emocional, cobranças consideradas abusivas, receio de represálias e possíveis ameaças relacionadas à movimentação funcional, além de relatos de servidores que teriam apresentado crises de ansiedade, desgaste emocional e outros sinais de sofrimento relacionados ao ambiente de trabalho.

É importante destacar que o presente requerimento não tem por objetivo antecipar qualquer conclusão acerca da responsabilidade de qualquer agente público, mas, sim, solicitar que os fatos sejam devidamente esclarecidos e, se necessário, apurados pelos órgãos competentes, assegurando-se o direito de manifestação de todos os envolvidos.

A Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo igualmente importante que o ambiente de trabalho dos servidores públicos seja pautado pelo respeito, dignidade e adequada prestação do serviço público.

A situação merece especial atenção por envolver justamente a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, órgão cuja atuação está diretamente relacionada à promoção e proteção dos direitos humanos e da cidadania.

Dessa forma, diante da gravidade dos relatos apresentados, torna-se necessário que o Poder Executivo esclareça se possui conhecimento dos fatos, se existem denúncias ou procedimentos administrativos relacionados ao assunto e quais medidas estão sendo adotadas para garantir a adequada apuração das situações relatadas.





Também é fundamental assegurar que eventuais servidores que apresentem denúncias possam fazê-lo de maneira segura, sem sofrer qualquer forma de retaliação, respeitando-se, ao mesmo tempo, o direito de defesa e o contraditório daqueles que eventualmente sejam mencionados nas denúncias.

Por essas razões, este requerimento busca garantir a transparência, a fiscalização dos atos da Administração Pública e a preservação de um ambiente de trabalho saudável e respeitoso, permitindo que eventuais irregularidades sejam devidamente esclarecidas e, se comprovadas, sejam adotadas as providências cabíveis.

Certo da relevância desta solicitação, conto com o apoio dos nobres pares e com a atenção do Poder Executivo.

‘Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 25 de agosto de 2026.

Donizetti Dias Carvalho
Vereador “Zetti da Adega”

Requerimento Nº 2157/2026 - Documento assinado digitalmente em 25/08/2026 - PROTOCOLO 20103/2026 - 25/08/2026 10:22 - . Para ver o arquivo original acesse <http://siave.camaraitepevi.sp.gov.br/Sino.Siave/documentos/autenticar> e informe a chave: V4M7-X44Y-F0RP-3JM9



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Itapevi. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://itapevi.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=V4M7X44YF0RP3JM9>, ou vá até o site <https://itapevi.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: V4M7-X44Y-F0RP-3JM9



Requerimento Nº 2157/2026 - Documento assinado digitalmente em 25/08/2026 - 25/08/2026 10:22 - . Para ver o arquivo original acesse
<http://siave.camaraitapevi.sp.gov.br/Sino.Siave/documentos/autenticar>
e informe a chave: V4M7-X44Y-F0RP-3JM9